

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA EVOLUTIVA E HISTÓRICA DA VAQUEJADA

Luiz Antonio Costa de Santana ¹

Carlos Alberto Batista dos Santos ²

Resumo: O presente estudo utilizou uma abordagem interdisciplinar, objetivando realizar um recorte histórico da vaquejada, bem como de seus registros iniciais, abrangendo o contexto que estava (e está) por trás desta atividade. Realizou-se uma análise desde o seu surgimento no Brasil até os dias atuais, explorando o aspecto social, cultural, econômico e jurídico. Para isso, foi utilizada a análise documental, utilizando-se do meio teórico referencial e contextual histórico com base na referência bibliográfica, que descreve e acompanha a referida manifestação popular, suas características e seus impactos na cultura regional. Constatou-se que, ao longo dos anos, houve grandes mudanças na percepção do que é a vaquejada, passando-se da derrubada do boi e da premiação aos vaqueiros para uma importante atividade de propagação do conhecimento empírico e inconsciente da cultura e da biodiversidade da comunidade nordestina.

Palavras-chave: Vaquejada; Sertanejo; Cultura Regional; Nordeste Brasileiro.

Abstract: The present study used an interdisciplinary approach, aiming to make a historical cut of this cultural expression, as well as its initial records covering the context that was (and is) behind this activity. An analysis was carried out from its appearance in Brazil to the present day, exploring the social, cultural, economic, and legal aspects, and for this, a documental analysis was used, using the theoretical referential and contextual historical means based on the bibliographic reference, which describes and accompanies the referred popular manifestation its characteristics and its impacts on the regional culture. It was found that, over the years, there have been major changes in the perception of what the vaquejada is, in which it has gone from the pulling down of the ox and awarding of the cowboys to an important activity for spreading the empirical and unconscious knowledge of the culture and biodiversity of the northeastern community.

Keywords: Vaquejada; Countryside; Regional Culture; Brazilian Northeast.

¹Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail: lasantana@uneb.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2794460606557487>

²Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail: cabsantos@uneb.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0024544164324027>

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 1: 54-74, 2023.

Introdução

O boi teve um papel importante na história. No alvorecer das civilizações, estava lá o boi, fornecendo força motriz necessária para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, desde quando os humanos se reconhecem como sapiens (HARARI, 1997). A formalização da comunicação necessária para o estabelecimento das relações sociais teve, nas línguas semíticas, a exemplo do aramaico e do hebraico, um indicativo da importância do boi, já que a primeira letra dos seus alfabetos, Aleph (א), significa boi (BEREZIN, 2003).

O boi, igualmente, está presente na formação de importantes religiões. No aramaico/hebraico, cada pictograma representa um anjo, o que confere ao boi, na tradição judaica, a natureza de deidade (MORDELL, 1912). No Egito, o boi sagrado Ápis tinha a missão de mediar a comunicação entre os homens e os deuses (MORENZ, 1977), tal qual Hermes, na mitologia grega (CALVINO, 1990), e Exu, na mitologia iorubá (LATOUR, 2005). No Brasil, desde o início da colonização, o sertanejo maneja o boi; no século XVI, houve a introdução de rebanhos bovinos na Bahia, para utilização nos engenhos de cana-de-açúcar situados no litoral como mecanismo de tração animal (BARBOSA, 2006), o que contribuiu para o início do desenvolvimento da economia em torno do açúcar, como expõe Furtado (2005).

Câmara Cascudo (1976) destaca que o apreço ao boi transpôs a barreira da pecuária, pois, no século XIX, em razão do estabelecimento e do desenvolvimento dessa prática, se popularizou a vaquejada, entendida como a interação do animal com o homem na atividade laboral, pastoril e no lazer, consolidada em todo o Nordeste brasileiro como expressão cultural genuinamente regional, expressada através da Pega do Boi no Mato ou da Corrida de Mourão. No que concerne a essa afirmativa, segundo Silva e colaboradores (2020), esta prática pode representar, além de uma ação cultural, a dimensão socioeducativa da realidade nordestina, visto que o vaqueiro desenvolve um conhecimento empírico sobre a biodiversidade da caatinga.

Perante a afirmativa de Silva e colaboradores (2020), podemos trabalhar diversas áreas da Educação Ambiental a partir das experiências vividas com a própria realidade do ser participativo (o vaqueiro), assim como podemos trabalhar a Educação Ambiental na caatinga utilizando a prática da vaquejada e o cenário que compõe a pega do boi. Todavia, estes projetos precisam ser alicerçados em estratégias, além de serem baseados em abordagens positivas, tais como a Educação Ambiental no ambiente, para facilitar a reflexão sobre as questões culturais, legais e ambientais da vaquejada, sendo assim necessário expor à comunidade a importância de suas práticas e sua contribuição ambiental.

Segundo Rateau e colaboradores (2012), essa teoria é amplamente utilizada nas práticas interdisciplinares, pois, ao ensinar sobre determinado assunto, podemos utilizar todas as ciências envolvidas com a temática. Ao utilizar a expressão cultural da vaquejada como instrumento do inconsciente homem-natureza-animal para fundamentar métodos da Educação Ambiental, possibilita-se uma estrutura de ensino conceitual e flexível, permitindo que a teoria seja utilizada em diversos campos de pesquisa, sobretudo no Nordeste,

além de se potencializar a formatação do folclore e da fauna local, presentes no dia a dia desse povo (CÂMARA CASCUDO, 1999).

Dada sua intrínseca natureza cultural, legal e ambiental, a vaquejada está submetida à teoria da evolução, na concepção formulada por Dawkins (2007), que postula que, ao lado do gene, a menor unidade de transmissão da vida, tem-se o meme, menor unidade de transmissão de cultura e conhecimento. Deste modo, há o meme vaquejada, concebido no século XIX com natureza festiva, mas que chega ao século XXI como esporte e atividade econômica pujante. A introdução de leis em regulamentos no evento vaquejada é uma característica da profissionalização econômica, que evidencia a necessidade de segurança jurídica e de preservação do meio (SANTANA, 2021).

A vaquejada e a figura do boi não são apenas um marco histórico-cultural do Nordeste, mas representam um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos em relação a um ecossistema específico do Brasil, com conceitos que possibilitam a compreensão e a apreciação das inter-relações entre os seres humanos, o boi e a caatinga. Isto é, transmitir os ensinamentos da vaquejada vai muito além do patrimônio imaterial do povo sertanejo rural brasileiro, ensinando também o apreço pelo meio ambiente (ALMEIDA, 2011). Ao transmitir essa expressão, ela se caracteriza como uma prática de Educação Ambiental formada a partir do conhecimento empírico do indivíduo nordestino, assim, ela se torna um método tradicional de ensino.

Desta forma, este estudo pretende realizar um recorte histórico desta expressão cultural, bem como de seus registros iniciais, abrangendo o contexto que estava (e está) por trás desta atividade, possibilitando, assim, a compreensão de sua prática como método de ensino ambiental voltado à comunidade da qual essa atividade faz parte.

Metodologia

Para atingir os conhecimentos deste estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica com o intuito de buscar e analisar informações sobre a vaquejada no Brasil. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p. 44-45), é o principal método para se conhecerem os fatos passados com base em dados bibliográficos. Desse modo, os dados foram coletados na legislação brasileira, em livros e em artigos que tratassem do tema. Para realizar o recorte histórico e registrar as mudanças que aconteceram no decorrer do tempo acerca da vaquejada, utilizou-se a análise documental. De acordo com Cellard (2012), o documento é uma fonte muito importante, a qual possibilita fazer reconstruções. Em sua dicção:

[...] graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias (CELLARD, 2012, p. 295).

À vista disso, a análise documental deste estudo foi realizada com base no processo de análise de Cellard (2012), que compreende: a análise preliminar, com exame e crítica dos documentos, e a análise. A análise preliminar envolve cinco dimensões, quais sejam: 1) o contexto; 2) o autor ou os autores; 3) a autenticidade, a confiabilidade do texto e natureza do documento; 4) os conceitos-chave; e 5) a lógica interna do texto. Na dimensão do contexto, buscaram-se documentos referentes à vaquejada em contextos sociais diferentes. Os autores dos documentos foram os legisladores que elaboraram e aprovaram as leis. Em relação à autenticidade, à confiabilidade do texto e à natureza dos documentos, procuraram-se documentos públicos autênticos e confiáveis. No tocante aos conceitos-chave e à lógica interna do texto, averiguou-se o que os documentos continham.

Diante disso, a análise documental foi realizada na legislação que regulamenta o assunto deste estudo, tais como: Constituição Federal de 1988, Lei 12.870/2013, Lei 15.299/2013, Lei 13.364/2016, Emenda Constitucional n. 96, Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.983 e outras que tratam do tema.

Resultados e Discussões

Breve Histórico da Vaquejada

Ao passo introdutório, cabe a compreensão sobre o que é, nos dias de hoje, a vaquejada, que pode ser resumida do seguinte modo:

Uma competição típica do Nordeste brasileiro, na qual uma dupla de vaqueiros, montados em cavalos diferentes, busca derrubar um boi ou touro, puxando-o pelo rabo de forma a dominá-lo em área demarcada com a finalidade restrita de apresentação do espetáculo ao público (SIQUEIRA-FILHO et al., 2015, p. 4).

A vaquejada é uma manifestação cultural que influencia crianças, adultos e idosos com suas festas, desafios e até como oportunidades de ganhos com os bolões da vaquejada, quando os vaqueiros acumulam valores em dinheiro para organizar o evento e premiar os vencedores (CÂMARA CASCUDO, 1969). No entanto, hodiernamente, a vaquejada não se resume apenas à derrubada do boi e à premiação de vaqueiros. Este costume vai além da mera diversão, pois alcança o próprio desenvolvimento da economia regional (IANNI, 2002).

No plano social, a vaquejada promove interação entre as comunidades da caatinga, enaltecendo a fama dos peões que exibem força ágil, provocadora de aplausos e criadora de fama, como descreve Câmara Cascudo (1976, p. 17). No plano ambiental, assim como nas manifestações citadas por Kawahara e Sato (2015), as relações das festas tradicionais com o meio ambiente abrem possibilidades de reflexões relativas à importância da biodiversidade de um ecossistema brasileiro.

Concernente a essa afirmativa, Maia (2003) registra o início dessa festividade no período compreendido entre os séculos XVII e XVIII, como processo evolutivo da apartação do boi. Assim, o surgimento da vaquejada no Nordeste brasileiro iniciou-se nas fazendas comandadas pelos coronéis do semiárido, onde não havia cercas para delimitar seus territórios e a pecuária praticada resumia-se a marcar o gado e soltá-lo na mata. É importante destacar que, na referida época, o trato do gado era mais valioso que o dinheiro propriamente dito, o que tornava primordial o serviço dos vaqueiros, pois a perda de uma cabeça de gado era de tamanho prejuízo que seus donos exigiam dos pegadores de marueiros que todas as cabeças fossem recuperadas, como bem lembra Martins (1981).

Em relação ao início exato da vaquejada, Câmara Cascudo (1999, p.901) reconhece que não há registros anteriores a 1870:

Nenhum viajante o cita, nem mesmo Henry Koster (Viagem ao Nordeste do Brasil, Brasileira, São Paulo, 1942), que atravessou do Recife a Fortaleza, em 1810, e sempre assistiu à derrubada pela vara de ferrão, como foi registrada pelos versos colhidos por Sílvio Romero, Pereira da Costa, Rodrigues de Carvalho, referentes aos animais célebres.

É no ensaio “O nosso cancionero”, de 1874, em que José de Alencar (1994, p.23) analisa a relação do homem com o boi, que há o primeiro registro descritivo da vaquejada:

[...] o animal, que geralmente consideramos o símbolo da paciência e mansidão, nessa fera de olhos sangrentos, que escava o chão com urros medonhos, e de repente se arroja cego e boleado, como a bomba de um canhão. Espera-o, porém, a pé firme o vaqueiro, que tem por arma unicamente a sua vara de ferrão, delgada haste coroada de uma pua de ferro. Com esta simples defesa, o topa o touro no meio da testa e esbarra-lhe a furiosa carreira.

Dado o trabalho, os peões contratados pelos coronéis se encouravam, assumiam sua montaria e entravam na mata cerrada em busca dos animais, esgueirando-se pela mata com seus cavalos para não serem arranhados nem cortados pelos espinhos e pelos galhos que, por vezes, lhes custavam atraso para a conclusão do serviço, ou seja, os vaqueiros desenvolviam uma produção de saberes e parcerias que auxiliassem na busca pela melhoria da qualidade de seu serviço (KAWAHARA; SATO, 2015). Assim, os bravos boiadeiros perseguiram, laçavam e traziam os bois aos pés do coronel (MAIA, 2003).

Neste sentido, explica Bezerra (1978, p. 7-8):

Na verdade, tudo começou aqui pelo Nordeste com o Ciclo dos Currais. É onde entram as apartações. Os campos de criar não eram cercados. O gado, criado em vastos campos abertos, distanciava-se em busca de alimentação mais abundante nos fundos dos pastos. Para juntar gado disperso pelas serras, caatingas e tabuleiros, foi que surgiu a apartação. Escolhia-se antecipadamente uma determinada fazenda e, no dia marcado para o início da apartação, numerosos fazendeiros e vaqueiros devidamente encourados partiam para o campo, guiados pelo fazendeiro anfitrião, divididos em grupos espalhados em todas as direções à procura da gadaria [sic.] solta pelos campos tão bonitos, no dizer do poeta dos vaqueiros, que em vida se chamou Fabião das Queimadas. Naquele tempo, o fazendeiro também fazia o serviço de campo. O gado era tangido na base do traquejo, como era chamada a prática ou jeito de conduzi-lo para os currais. Quando era encontrado um barbatão da conta do vaqueiro da fazenda-sede, ou da conta de vaqueiro de outra fazenda, era necessário pegá-lo de carreira. Depois de derrubado, o animal era peado e enchocalhado. Quando a rês não era peada, era algemada com uma alga de madeira, pequena forquilha colocada em uma de suas patas dianteiras para não a deixar correr.

Relativamente à “Pega do Boi”, Aires (2008, p. 78) ainda detalha outro motivo pelo qual muitos vaqueiros exerciam a profissão, e que não se tratava apenas de sustento: era a fama que a atividade proporcionava:

A prática de pegar boi no mato denominado de marueiro ou barbatão tornava os vaqueiros e os cavalos respeitados entre os seus participantes. Muitos recebiam a fama de herói porque buscavam pegar boi desse tipo no mato. E os fazendeiros, percebendo essa busca dos vaqueiros em realizar esse feito, ofertavam o prêmio de correr três bois em frente da fazenda por cada barbatão pego. Isso se tornou tão recorrente que os vaqueiros exigiam pegar esse animal se fosse concedido correr boi em frente das fazendas.

Essa coragem e os conhecimentos acerca da fauna e da flora da caatinga, definidos como as qualidades de um peão, deram origem ao que anos depois ficou conhecido como vaquejada, conforme a ocorrência frequente da época, pela tamanha importância e utilização dos peões do gado na manutenção da pecuária nordestina (MARTINS, 1981). Maia (2003) ressalta que essa busca ocorria entre os meses de junho e julho, época do cessar das chuvas na região. Nessa ocasião, os donos das fazendas juntavam vaqueiros aos montes para buscar o gado perdido, e nesse período também os vaqueiros se reuniam em busca de trabalho para garantir o sustento da família, ou seja, existia uma troca de conhecimento e mão de obra por um salário sazonal.

Somente depois de juntado todo o gado perdido, a vaqueirama iniciava a famosa festa de apartação, quando várias fazendas se juntavam para separar os animais e identificar seus donos, ao mesmo tempo que se projetavam os hábitos do cotidiano, entrelaçados no bojo da dinâmica socioambiental coletiva como um indicativo social e antropológico que corrobora a necessidade de se aliar cultura e natureza à formação de políticas públicas (SANTOS; SATO; ZANIN; MOSCHINI, 2009, p. 33).

O vaqueiro: surgimento e características

Cunha (1998, p. 105) afirma que o “*sertanejo, antes de tudo, é um ser forte*”, e este sertanejo, pelo contexto da obra, é naturalmente o vaqueiro nordestino.

Alves (1986) evidencia um atributo do vaqueiro: a coragem. O vaqueiro, esse verdadeiro herói do mítico sertão, retratado magnificamente por Rosa (1979), depende do cavalo e do boi para interagir com a caatinga. Os heróis necessitam de instrumentos performáticos; por exemplo, Thor, na mitologia nórdica, só é herói porque tem o mjölnir (LANGER, 2010), e Campbell (2007) afirma que a construção da figura do herói é sintetizada na “Jornada Mítica do Herói”, que consiste numa moldura narrativa que se relaciona com o meio social que habita.

Para Jung (2008), durante a formação dessa narrativa é possível também existir a formação do inconsciente coletivo, de modo que o herói é o desejo de uma sociedade inteira, o desejo coletivo de uma sociedade que busca conhecimento. Portanto, ele é um personagem que podemos denominar como arquétipo humano do modo de conhecer e interagir com o meio.

O vaqueiro se reconhece como tal, inicialmente, pela vestimenta, pois cobrir ou adornar o corpo nu constitui traço de distinção e compreensão do ecossistema com que ele interage. Cada cultura e sociedade tratará de marcar sua singularidade também por esse gesto (SOARES, 2011, p. 13). Assim, o chapéu de couro, o gibão, o colete e a bota, por exemplo, são expressões de identidade para o meio em que vive o vaqueiro e para o público externo, além de moldarem a imagem do herói (MORAES FILHO, 2013, p. 41).

Para enfrentar a batalha, é necessário não apenas a coragem e a fé, os vaqueiros também necessitam de uma “armadura”. Esta armadura são as vestes tão típicas destes homens e de seus cavalos. Utilizam de uma indumentária bastante peculiar, montados em seus cavalos, usando gibão, botas, coletes, luvas e chapéu de couro, todos eles com diversos ornamentos que dão beleza à peça. O tecido de couro permite a proteção do vaqueiro contra as intempéries do ambiente, desde o forte sol até os espinhos presentes na caatinga do sertão.

Nesse sentido, Aires (2008, p. 6) complementa ao dizer:

Suas vestimentas são compostas de acessórios que diferem desta paisagística comum, embora seja comum às pessoas usarem bonés, calças jeans e camisetas em seu cotidiano. As botas de couro, as perneiras, os chicotes dos vaqueiros e dos patrões são instrumentos que demarcam referências para dizer quem é quem na vaquejada.

A formação da vestimenta encontra-se ligada à gênese da vaquejada, na medida em que as vestes são formas de proteção, durante o labor, contra as espécies espinhentas da caatinga e do semiárido nordestino (FELIX; ALENCAR, 2011). O caráter mítico desse herói sertanejo foi forjado na lida diária, criando seus ritos de identificação social (HOBSBAWM; RANGER, 2008). Coragem, fé, vestimenta, musicalidade e linguajar agregam valores indispensáveis para a formação do arquétipo, bem como para a superação das intempéries do meio ambiente que o cerca no cumprimento de seu dever laborativo, dando sentido à exaltação da “nordestinidade” que formata a cultura sertaneja (CUNHA, 1999).

As particularidades que encetaram a formação do vaqueiro e o seu sentimento de amor ao Nordeste foi captado por Cunha (1999, p. 144):

O clima árido e a agressividade da flora, a periodicidade das secas e a esterilidade do solo escarmentado, enrugado, de serranias desnudas, essa ingrata região que é dos tabuleiros e caatingas. Com essa maravilhosa argila foi modelando o vaqueiro.

Para Cavalcanti (2020), o vaqueiro existe desde a chegada do primeiro rebanho bovino. Inicialmente, sua função era cuidar do animal e servir de tração animal nos engenhos de cana-de-açúcar. Posteriormente, sua atuação ia da procura à reunião dos animais, com o intuito de enviá-los ao curral, ocupando-se também de promover o apartamento e a remessa deles aos seus proprietários e o reconhecimento prévio do ambiente no qual a pastagem seria estendida.

Os motivos que levaram à interiorização da pecuária, antes explicada, não ocorreriam sem o vaqueiro, conforme defende Boaventura (1989, p. 27):

Saiu o vaqueiro, vestido de bandeirante, a desbravar o horizonte, a rasgar serras e a esfarrapar nesgas de mato mais alto, para caminhos posteriores, à cata de mais pastos. E lá se ia o vaqueiro, arribando-se na poeira que a cavallhada levantada atrás da boiada.

Essa imensa massa de heróis anônimos ingressou no século XXI ainda submetida ao descaso da atuação estatal, sem políticas públicas adequadas às suas realidades, como de resto é a regra no contexto nordestino (IANNI, 2002). Na canção “Morte do Vaqueiro”, de Gonzaguinha e seu pai, Luiz Gonzaga, é retratada a realidade em torno do vaqueiro.

Em 2013, esta realidade começou a ser alterada, e a profissão de vaqueiro passou a ser regulamentada. Adveio, assim, a Lei 12.870, de 15 de outubro de 2013. Ao regulamentar a atividade profissional do vaqueiro, o texto normativo estabeleceu, no seu art. 2, que se considera vaqueiro o profissional apto a realizar práticas relacionadas ao trato, ao manejo e à condução de espécies animais do tipo bovino, bubalino, equino, muar, caprino e ovino (BRASIL, 2013, art. 2). O objetivo da Lei 12.870/13 foi assegurar direitos trabalhistas aos milhares de vaqueiros que laboravam em uma relação de subordinação, habitualidade e mediante pagamento de salário, o que ficou bastante claro nas atribuições elencadas no art. 3 da citada lei:

I - Realizar tratos culturais em forrageiras, pastos e outras plantações para ração animal; II - Alimentar os animais sob seus cuidados; III - realizar ordenha; IV - Cuidar da saúde dos animais sob sua responsabilidade; V - Auxiliar nos cuidados necessários para a reprodução das espécies, sob a orientação de veterinários e técnicos qualificados; VI - Treinar e preparar animais para eventos culturais e sócio esportivos, garantindo que não sejam submetidos a atos de violência; VII - efetuar manutenção nas instalações dos animais sob seus cuidados (BRASIL, 2013, art. 3).

Nesta ordem de ideias, o inciso VI do art. 3 da Lei 12.870/2013 dispõe que o vaqueiro profissional é o que treina e prepara os animais para eventos culturais e socio-esportivos, de modo que apenas participar dos eventos, a exemplo do proprietário, não é suficiente para qualificar o vaqueiro profissional (BRASIL, 2013).

A expressão tradicional das vaquejadas

Uma marcante característica histórica da ocupação fundiária do Nordeste brasileiro é a ausência de barreiras, a exemplo de cercas, entre as propriedades (BARROSO, 1930; CARSTENS; ATAÍDE JUNIOR, 2021). Naturalmente, tal aspecto gerava uma situação em que animais de diferentes propriedades se misturavam, já que o gado era criado solto, sobretudo na caatinga, sem qualquer controle de danos ambientais, conforme assinala Barroso (1930), pois, nesta época, essa preocupação era inexistente.

Uma vez por ano, normalmente no mês de junho, os proprietários dos rebanhos bovinos atribuíam aos vaqueiros empregados nas fazendas e aos

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 1: 54-74, 2023.

vaqueiros convidados a missão de recolher os animais soltos visando à sua segregação e entrega aos respectivos donos, evento que era chamado de “Festa da Apartação”. Dessas tradicionais festas surgiram a Pega de Boi no Mato e a Corrida de Mourão (MAIA, 2003), modalidades que compõem as denominadas vaquejadas tradicionais.

Explica Aires (2008, p. 79) que, na Corrida de Mourão, os vaqueiros:

Desafiavam-se num espaço de chão batido e duro. Estes corriam um de cada vez. Aquele que mais se destacava na “puxada do boi” ganhava o desafio. O vaqueiro podia correr atrás do boi em qualquer espaço do pátio da fazenda.

Em outras palavras, Pereira (2016, p. 66) complementa as características da Corrida de Mourão:

Na vaquejada de mourão, a derrubada do gado é sempre realizada por uma dupla de vaqueiros (o puxador, aquele que o derruba pela cauda, e o bate-esteira, aquele que entrega a cauda do animal ao primeiro). Nessas condições, a contagem dos pontos ocorre de acordo com o modo pelo qual os vaqueiros derrubam o gado na arena, dentro do espaço de dez metros entre duas faixas de cal.

Ainda para Pereira (2016), a prática de Pega do Boi, também chamada Pega do Boi no Mato, tem um traço distintivo relativamente à Corrida do Mourão:

Ao contrário da vaquejada de mourão, os seus competidores, em primeiro lugar, não se restringem ao formato de duplas. Eles podem agir individualmente ou coletivamente na captura do gado, desde que tenham a coragem necessária para correr na caatinga e estejam devidamente encourados com perneira, guarda-peito, chapéu e, o mais importante, o gibão. Em segundo lugar, os vaqueiros derrubam o gado não necessariamente puxando-o pela cauda, mas também se utilizando, se for mais conveniente, da técnica de pular no pescoço da rês. Por fim, enquanto na vaquejada de mourão os vaqueiros correm imediatamente à solta do gado, nas pegas de boi no mato os vaqueiros só são liberados em direção às reses em torno de uma hora depois.

Contudo, as formas tradicionais de expressão da vaquejada ingressaram no século XXI profissionalizadas, com novos arranjos econômicos e sociais (MARKUSEN, 2003).

O vaqueiro e seus ensinamentos ambientais

Para Silva e colaboradores (2020), o estudo da caatinga e de sua biodiversidade faz parte do conteúdo da educação, desde o nível básico até o superior. Essa temática se desdobra em assuntos particularmente importantes para as escolas localizadas na abrangência desse ecossistema, isto é, cidades localizadas nas regiões fitogeográficas do semiárido do Nordeste, as quais, apesar de possuírem uma vegetação típica caracterizada como florestas tropicais sazonalmente secas e arbustivas, possuem uma fauna rica com mais de 1000 espécies de vertebrados, dos quais aproximadamente 23% são endêmicos.

Tais conhecimentos, segundo Queiroz (2014), estão enraizados no vaqueiro, pois este homem pode ser considerado o maior conhecedor da vida e da biodiversidade do Nordeste do Brasil, por ser aquele que percorreu cada centímetro de terra em busca de pastos melhores e maiores para a criação do gado. À medida que o rebanho crescesse, ele transmitiria seus conhecimentos a seus descendentes e ao próximo.

Neste contexto, concernente à afirmativa de Queiroz (2014) e segundo as afirmativas de Gushiken e Oliveira (2020), o vaqueiro pode ser caracterizado como o pioneiro dos ensinamentos ambientais no Brasil, visto que ele desbravava o horizonte longe do sertão, ampliando o alcance geográfico da colônia, mudando e orientando as mudanças das plantações de cana-de-açúcar que se estendiam até a caatinga, além de ensinar o trato e o corte do casaco acolchoado de couro, que ele usava da cabeça aos pés.

Para Rosário e colaboradores (2022), as tendências presentes nas práticas que envolvem conceitos de Educação Ambiental podem ser alicerçadas na teoria da Representação Social, que estuda a realidade de uma sociedade e que foi introduzida na educação para possibilitar o conhecimento de suas representações. Neste ponto de vista, podemos entender que a expressão cultural da vaquejada e o estilo de vida dos vaqueiros são atores sociais relacionados ao domínio da arte do conhecimento intrínseco, que foi importante durante a colonização do Nordeste.

Os vaqueiros foram os primeiros a lidar com a natureza hostil e incerta não somente da caatinga, mas de todo o Brasil. Eles precederam e repassaram ensinamentos sobre como tratar suas doenças e as doenças do gado, além de terem elaborado um conhecimento geográfico da caatinga para quando um gado se perdia, um catálogo não impresso de plantas, animais e outros materiais usados para suas vestimentas, alimentação, remédios, proteção, dentre outros, conhecimentos que foram transmitidos para as gerações seguintes (QUEIROZ, 2014).

Neste contexto, a vaquejada tem uma estrutura sociocultural de unidade, coletividade, honra e cumprimento de promessas, sem necessidade de leis ou notas promissórias. Esse contrato social e as práticas de organização dessa atividade comunitária revelam vínculos tradicionais sertanejos fundamentais

para a manutenção das relações da comunidade com o bioma local (KAWAHARA; SATO, 2015).

A (In)Constitucionalidade da Vaquejada

Em meados de 2013, a prática da vaquejada enfrentou um embate jurídico diante de uma situação que os vaqueiros não imaginavam que estava por acontecer. Neste ano, o Estado do Ceará editou a Lei 15.299 (CEARÁ, 2013), regulamentando a vaquejada como atividade desportiva e cultural, o que ocorreu sob protestos de ativistas defensores de direitos dos animais, que alegaram que a manifestação cultural, em suma, tratava-se, em verdade, de um meio de crueldade aos animais, tanto para o gado quanto para os cavalos (BELO, 2019).

Fundamentalmente, a Lei 15.299/2013 (CEARÁ, 2013) dispõe:

Art. 1º. Fica regulamentada a vaquejada como atividade desportiva e cultural no Estado do Ceará. Art. 2º. Para efeitos desta Lei, considera-se vaquejada todo evento de natureza competitiva, no qual uma dupla de vaqueiro a cavalo persegue animal bovino, objetivando dominá-lo. § 1º Os competidores são julgados na competição pela destreza e perícia, denominados vaqueiros ou peões de vaquejada, no dominar animal. § 2º A competição deve ser realizada em espaço físico apropriado, com dimensões e formato que propiciem segurança aos vaqueiros, animais e ao público em geral. § 3º A pista onde ocorre a competição deve, obrigatoriamente, permanecer isolada por alambrado, não farpado, contendo placas de aviso e sinalização informando os locais apropriados para acomodação do público. Art. 3º. A vaquejada poderá ser organizada nas modalidades amadora e profissional, mediante inscrição dos vaqueiros em torneio patrocinado por entidade pública ou privada. Art. 4º. Fica obrigado aos organizadores da vaquejada adotar medidas de proteção à saúde e à integridade física do público, dos vaqueiros e dos animais. § 1º O transporte, o trato, o manejo e a montaria do animal utilizado na vaquejada devem ser feitos de forma adequada para não prejudicar a saúde deste. § 2º Na vaquejada profissional, fica obrigatória a presença de uma equipe de paramédicos de plantão no local durante a realização das provas. § 3º O vaqueiro que, por motivo injustificado, se exceder no trato com o animal, ferindo-o ou maltratando-o de forma intencional, deverá ser excluído da prova. Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário (CEARÁ, 2013, art. 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

Assim, estabeleceu-se um conflito entre dois importantes princípios constitucionais: o direito à manifestação cultural em face do direito e da proteção à fauna e à flora (da caatinga), o que gerou muitos desentendimentos e manifestações a favor e contra a vaquejada (FILHO, 2015), visto que os referidos componentes pouco compreendem a importância dessa prática para a temática ambiental. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, expressamente, protege a cultura nacional e, mais que isso, exige que o Estado fomente tais manifestações na pretensão de valorizar as tradições regionais, conforme preceitua o art. 215:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. §1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988, art. 215).

Por outro lado, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, § 1º, inciso VII, estabelece a proteção ao meio ambiente e aos animais:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. §1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988, art. 225).

Eis que, diante do impasse causado pela colisão de normas constitucionais, foi apresentada, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para que a Corte decidisse sobre o conflito de pretensões dos defensores e dos antagonistas da prática. O que os vaqueiros não esperavam era que uma grande derrota judicial ocorreria, resultando na declaração de inconstitucionalidade da vaquejada e, conseqüentemente, em sua proibição (LOPES FILHO; CIDRÃO, 2018). O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.983, considerou que a vaquejada é uma prática inconstitucional, por maltratar os animais envolvidos, como descrito na ementa do julgado:

A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância do disposto no inciso VII do Art. 225 da CF, o qual veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Discrepa da norma constitucional a denominada vaquejada (BRASIL, 2016, p. 1).

Em seu voto proferido na ADI 4.983, que acabou sendo seguido pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o relator, ministro Marco Aurélio, mostrou-se convencido de que a ideia dos maus-tratos era evidente e intolerável:

A par de questões morais relacionadas ao entretenimento à custa do sofrimento dos animais, bem mais sérias se comparadas às que envolvem experiências científicas e médicas, a crueldade intrínseca à vaquejada não permite a prevalência do valor cultural como resultado desejado pelo sistema de direitos fundamentais da Carta de 1988. O sentido da expressão “crueldade” constante da parte final do inciso VII do § 1º do artigo 225 do Diploma Maior alcança, sem sombra de dúvida, a tortura e os maus-tratos infringidos aos bovinos durante a prática impugnada, revelando-se intolerável, a mais não poder, a conduta humana autorizada pela norma estadual atacada (BRASIL, 2016, p. 13).

Perante a inédita decisão do Supremo Tribunal Federal, os políticos ruralistas e os integrantes da bancada nordestina se uniram num movimento que culminou com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma Emenda Constitucional que permitiu o retorno da vaquejada à legalidade, em homenagem à tradição da manifestação cultural e às práticas do conhecimento empírico (TEIXEIRA, 2021).

Assim, inicialmente, para reverter a proibição judicial da prática da vaquejada, o Congresso Nacional aprovou Projeto de Lei que resultou na Lei 13.364/2016 (BRASIL, 2016), reconhecendo a vaquejada como patrimônio cultural imaterial brasileiro:

Art. 1º Esta Lei reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais, elevam essas atividades à condição de bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e dispõe sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. Art. 2º O rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, são reconhecidos como manifestações culturais nacionais e elevados à condição de bens de natureza imaterial integrantes

do patrimônio cultural brasileiro, enquanto atividades intrinsecamente ligadas à vida, à identidade, à ação e à memória de grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 2016, art. 1 e 2).

Meses depois, e em razão de enorme pressão dos atores interessados na solução do problema — sobretudo econômico — gerado com a proibição da vaquejada, o Congresso Nacional aprovou uma proposta de Emenda Constitucional (EC), posteriormente promulgada como sendo a EC n. 96, acrescentando o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta CF, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos (BRASIL, 1988, art. 225).

Passando a constar o permissivo no texto constitucional, a vaquejada passou a ter o status de patrimônio imaterial e cultural do Brasil, conforme observado na Figura 1.

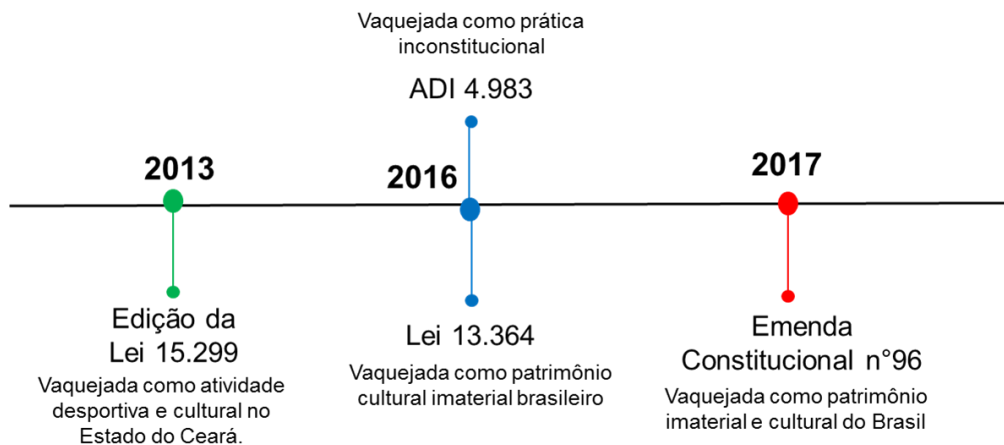


Figura 1: Linha do tempo da (in)constitucionalidade da vaquejada.

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Após tamanho desafio jurídico, o povo nordestino mostra a cada ano que passa que a cultura da vaquejada é muito mais que diversão; trata-se, em vez disso, de uma tradição cultural de grande importância que relembra seus ancestrais e que faz parte de todo um povo, o povo nordestino. O Quadro 1 apresenta um espelho comparativo entre as práticas antigas e atuais da

vaquejada, práticas que fortalecem o costume local e resgatam os hábitos de seus antepassados.

Quadro 1: Comparação entre as práticas antigas e atuais da vaquejada.

VAQUEJADA	
PRÁTICAS ANTIGAS	PRÁTICAS ATUAIS
Profissão de vaqueiro não regulamentada	Profissão de vaqueiro regulamentada
Vaqueiros com fama de herói	Vaqueiros apenas para competição
Trato do gado era mais valioso que o dinheiro, primordial o serviço dos vaqueiros	Maximização de ganhos financeiros e organização de torneios entre vaqueiros
Vaqueiros e os cavalos respeitados entre os seus participantes	Vaqueiros conhecidos em todo o território nacional
Pega de Boi no Mato e a Corrida de Mourão	Vaquejada como esporte cultural
Em busca de um pedaço de terra para cultivo	Vaqueiro como esportista e atleta
Evento de comemoração comunitária	Empreendimento econômico
Evento restrito ao meio rural	Evento não restrito ao meio rural
Vaqueiro ajuda a capturar o boi fujão	Vaqueiro em busca da premiação
Acessível a todos	Atividade cara

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Conclusões

Conclui-se que a vaquejada surgiu em decorrência de uma atividade habitual do vaqueiro, ou seja, primeiro no trato dos animais nos engenhos de cana-de-açúcar e, depois, da imperiosa necessidade de se realizarem as apartações do gado, que era criado solto, fruto da expansão da pecuária para o interior do Brasil. À vista disso, e sabendo-se o conceito morfológico da palavra, a vaquejada surgiu do trabalho dos vaqueiros de procurar o gado espalhado pelas serras e capoeirões, sendo uma empolgante caçada para os peões que tinham a finalidade de, em seguida, reconduzir o animal capturado ao curral, devolvendo um conhecimento empírico da biodiversidade da caatinga, o qual, até hoje, é transmitido em sua comunidade.

Fica claro que a vaquejada vem evoluindo e mudando sua roupagem conforme surgem desafios e a sociedade se transforma com o passar dos anos, fortalecendo cada vez mais sua prática como manifestação cultural, social e ambiental, expandindo seu costume para além do Nordeste. Nota-se que a manifestação da vaquejada vem assumindo cada vez mais a via esportiva e se afastando do seu significado inconsciente, isto é, tem inspirado os jovens sertanejos, bem como contribuído para difundir a prática em outras regiões do Brasil, encantando e influenciando o interior e as grandes metrópoles, mas também vem se afastando do mundo do vaqueiro da roça, o que evidencia uma mudança na dimensão da atividade.

Finalmente, a organização da prática perante a lei revela a formação holística dos participantes da comunidade, que, coletivamente, encontram estratégias para preservar a cultura e a tradição em meio às mudanças trazidas pelos movimentos da globalização e da modernidade. Do mesmo modo, observa-se a reformulação da Educação Ambiental oriunda dessa prática, visto

que é notória a presença das três dimensões dessa área (axiológica, epistemológica e comportamental), isto é, podemos observá-la em todas as atividades realizadas pelo vaqueiro.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECOH), vinculado ao Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), campus Juazeiro, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Referências

ABVAQ. Associação Brasileira de Vaquejada. **Emenda da vaquejada é constitucional por proteger animal**, afirma AGU. 2018.

AIRES, F. J. F. **O espetáculo do cabra-macho**: um estudo sobre os vaqueiros nas vaquejadas do Rio Grande do Norte. 2008.

ALEM, J. M. Caipira e country: a nova ruralidade brasileira. 1996. 243 f. **Tese** (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ALENCAR, J. **O nosso cancioneiro**. Campinas: Pontes, 1994.

ALMEIDA, M. G. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. **Rev Bibli Geo y Cien Soci**, Barcelona, v. XV, n. 919, 2011.

ALVES, C. **Vaqueiros e vaquejadas**. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1986.

BACHELARD, G. **La formación del espíritu científico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.

BARBOSA, E. L. **Valeu Boi!** O negócio da vaquejada. Teresina: EDUFPI, 2006.

BARROSO, G. **Terra de Sol**: natureza e costumes do Norte. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BELO, E. A. S. A emenda da vaquejada e o efeito backlash. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 74, p. 51-69, 2019.

BEREZIN, J. R. **Dicionário Hebraico-Português**. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2003.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 1: 54-74, 2023.

BEZERRA, J. E. F. **Retalhos do meu sertão**. Rio de Janeiro: Leão do Mar, 1978.

BOAVENTURA, E. A. **Fidalgos e Vaqueiros**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência República. 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.220, de 11 de abril de 2001**. Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional. 2001 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10220.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.870, de 15 de outubro de 2013**. Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2013/l12870.htm>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 4983**. Plenário do Supremo Tribunal Federal. Julgado em 6 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12798874>>. Acesso em 22 fev. 2022.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

CALVINO, Í. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA CASCUDO, L. **A vaquejada nordestina e sua origem**. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

CÂMARA CASCUDO, L. **A vaquejada nordestina e sua origem**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1969.

CÂMARA CASCUDO, L. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Editora Pensamento, 2007.

CARRITHERS, M. **¿Por qué los humanos tenemos culturas?** Una aproximación a la antropología y la diversidad social. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

CARSTENS, L. A. B.; ATAÍDE JUNIOR, V. P. A inconstitucionalidade da vaquejada e o efeito backlash: uma análise do julgamento da ADI 4983. **Revista de Direito Brasileira**, v. 28, n. 11, p. 80-103, 2021.

CAVALCANTI, A. P. C. “As Marias do Gado”: descortinando trajetórias das participações das mulheres nas vaquejadas da Bahia. 2020. 228 f. **Dissertação** (mestrado). – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CEARÁ. Lei n. 15.299, de 8 de janeiro de 2013. **Regulamenta a vaquejada como Prática Desportiva e Cultural no Estado do Ceará**. 2013. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=250070>. Acesso em: 02 mar. 2022.

CHOMSKY, W. **Hebrew: the eternal language**. Philadelphia: The Jewish Publication Society of America, 1958.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoque epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-315.

CUCHE, D. **O conceito de cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 1999.

DAWKINS, R. **O gene egoísta**. Tradução de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DIRINGER, D. **A História do Álef Bet**. Rio de Janeiro: Biblos, 1964.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FELIX, F. K. L.; ALENCAR, F. A. G. O vaqueiro e a vaquejada: do trabalho nas fazendas de gado ao esporte nas cidades. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, 2011.

FREYRE, G. **O Manifesto Regionalista de 1926**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1967.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GADAMER, H.G. Texto e interpretação. *In*: **Verdad y método**. Salamanca: Sígueme, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORDILHO, H. J. S.; FIGUEIREDO, F. J. G. A vaquejada à luz da Constituição Federal. **Rev de Bio e Dir dos Ani**, v. 2, n. 2, p. 78-96, 2016.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2017.

GUSHIKEN, Y.; OLIVEIRA, M. A. de. Educação Ambiental: entre a poética dos saberes populares e a emergência do conhecimento científico: Entrevista com Profa. Dra. Michèle Sato. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 5, p. 464-478, 2020.

HOBSBAWM, E. J. E.; RANGER, T. (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 1: 54-74, 2023.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de M^a Luiza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

KAWAHARA, L. S. I.; SATO, M. T. Festa de São Pedro e serviços ecossistêmicos culturais: aprendizagens de um grupo pesquisador em Educação Ambiental no Pantanal. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 10, n. 1, p. 221-240, 2015.

LANGER, J. **Símbolos Religiosos dos Vikings**: guia iconográfico. História, imagem e narrativas, Macapá, v. 11, n. 11, p. 1-28, 2010.

LATOUR, B. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LOPES FILHO, J. M.; CIDRÃO, T. V. A (in)constitucionalidade da vaquejada: desacordos, integridade e backlash. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 119-160, 2018.

MAIA, D. S. A vaquejada: de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. In: ALMEIDA, M. G.; RATTIS, A. J. P. (Orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

MARKUSEN, J. R. **The artistic dividend**: the hidden contributions of the arts to the regional economy. Minneapolis: University of Minnesota, 2003.

MORAES FILHO, M. A. Tengo lengo tengo: proposta visual da iconografia da Missa do vaqueiro e o uso da tipografia digital como alternativa de viabilização de ícones. **Monografia** (Graduação em Design). Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013.

MORDELL, P. **The origin of letters and numerals according to the Sefer Yesirah**. The Jewish Quarterly Review, University of Pennsylvania Press, New Series of Pennsylvania, v. 2, n. 4, p. 557-583, 1912.

MORENZ, S. **La religion égyptienne**: essai d'interprétation. Paris: Payot, 1977.

PEREIRA, R. M. Dominação e confiança: vaqueiros e animais nas pegadas de boi do sertão de Pernambuco. **Teoria e Cultura**, v. 11, n. 2, 2016.

RATEAU, P.; et. al. **Teoria das Representações Sociais**. Handbook of Theories of Social Psychology, E.U.A., v. 2. 2012.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. 13.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ROZARIO, E. M. do; SILVA, I. S. da; FUNDÃO DEPRÁ, N.; BARATA, D.; TEIXEIRA, M. da C. Tendências nas representações sociais de meio ambiente dos jovens atendidos pelo Centro Cultural Araçá, São Mateus (ES). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 5, p. 277-291, 2022.

SANTANA, L. A. C. S. **Seguridad Jurídica y Protección a la Confianza: límites a la revisión y a la revocación de los actos del poder público brasileño**. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2021.

SANTOS, J. E.; SATO, M.; ZANIN, E.; MOSCHINI, L. E. **O cenário da pesquisa**

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 1: 54-74, 2023.

no diálogo ecológico-educativo. São Carlos: Rima, 2009.

SILVA, J. H. N. da; LIMA JUNIOR, C. de; RIBEIRO, E. M. S.; LIMA, R. L. F. de A. A biodiversidade da fauna e da flora da Caatinga no cancioneiro regional. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 6, p. 154-172, 2020.

SIQUIERA-FILHO, V.; LEITE, R.A.; LIMA, V.B. A prática da vaquejada em xeque: considerações sobre a ação direta de inconstitucionalidade n. 4.983. **Rev Bra de Dir Ani**, Salvador, v. 10, n. 20, p. 12-30, 2015.

SOARES, C. L. **As roupas nas práticas corporais e esportivas:** a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940). Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

TAVARES, H. B. C. O léxico do ciclo de gado de Garanhuns. **Dissertação** (mestrado) Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2013.

TEIXEIRA, M. S. S. **Confronto entre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Emenda Constitucional 96/17.** Âmbito Jurídico, 2021. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/confronto-entre-a-jurisprudencia-do-supremo-tribunal-federal-e-a-emenda-constitucional-96-17/>>. Acesso em: 9 mar. 2022.

TROTTA, F. **O forró eletrônico no Nordeste:** um estudo de caso. Intexto, Porto Alegre, v. 1, n. 20, p. 102-116, 2009.

QUEIROZ, W. Bahia e vaqueiros: um débito. **Rev Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 17, p. 71-84, 2010.

OLF, E.R. **Europe and the people without history.** Berkeley: University of California Press, 1982.